

Antonio Martins de Azevedo Pimentel

*A NOVA CAPITAL FEDERAL
E O
PLANALTO CENTRAL DO BRASIL*



Edição facsimilada do original de 1894



**NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA SOBRE O
DR. ANTONIO MARTINS DE AZEVEDO PIMENTEL,
PRECURSOR DA HISTORIOGRAFIA
BRASILIENSE**

Antonio Miranda

[Texto originalmente publicado como Prefácio à obra :
PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. **A Nova Capital Federal e o Planalto Central
do Brazil.** 2^a ed. Facsimilada. Brasília: Thesaurus, 1985. 136 p.]

O sonho de erguer uma capital no interior do Brasil persistiu na mente dos colonizadores, mandatários, bandeirantes, inconfidentes e republicanos. A conquista definitiva do território, a exploração de suas vastas riquezas, a integração de nossos “brasis” perdidos na imensa extensão geográfica, a luta por uma civilização autônoma e independente sempre elevou a construção de uma Nova Capital ao nível de símbolo, de utopia, de estuário e de ferramenta de viabilização de nossa nacionalidade.

A célebre visão de Dom Bosco (1883) – muito difundida a parte de sua canonização, como santo, em 1934 – já indicava o planalto central do Brasil como ponto de irradiação de uma nova civilização, a terra prometida, de fartura e de felicidade. Mas foram os defensores da proclamação de nossa Independência que objetivaram, em seus escritos de agitação e propaganda, o ideário da interiorização da capital da nova nação ou império. Hipólito José da Costa, já em 1913, na edição londrina do *Correio Braziliense*, defendia a edificação de uma nova capital na região de nascimento de nossos rios magnos, para dali saírem estradas, progresso e a formação do “*mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império que é possível exista na superfície do globo*”.

O próprio José Bonifácio de Andrade e Silva defendia, em 1821, nas suas “Idéias sobre a organização política do Brasil”, e em documentos posteriores, a mudança da capital como um imperativo de nossa civilização e soberania, para que o País pudesse reencontrar-se e voltar-se para seus próprios habitantes em vez de gravitar em torno dos contatos com o Velho Mundo, do qual queria libertar-se mais profundamente. O Patriarca chegou mesmo a propor o nome de Brasília à nova sede política da nação.

As mentes mais esclarecidas e sonhadoras estavam voltadas para o centro geográfico do país, para o nosso Planalto Central. Como mais tarde o urbanista Lúcio Costa qualificou a ação como um gesto simbólico “*de quem toma posse da terra*” os nossos antepassados já viam nesta vontade a noção de toma de posse efetiva da nação, pela mudança de seu ponto gravitacional.

Foi o diplomata e historiador Francisco Adolfo Varnhagen (15) que empreendeu a primeira e decisiva excursão ao território para confirmar a hipótese da excelência de suas terras. Por conta e riscos próprios.

O Brasil era um imenso desconhecido, como o fora o oceano Atlântico antes das grandes navegações. Havia quem acreditasse fosse o nosso interior coberto de selvas impenetráveis, com pântanos intransponíveis, povoado por silvícolas belicosos e feras ameaçadoras. Um deserto indevassável e estéril para outros, como a noção mesma do “*mare magnum*” dos contos medievais.

A viagem ao atual Distrito Federal, pelo Visconde de Porto Seguro, que já estava em idade avançada nos idos de 1877, deu-lhe os subsídios para escrever o seu célebre opúsculo em defesa da questão da interiorização da capital nacional (*1).

A despeito de outras propostas de escolher cidades como São João d’El Rey ou Campos de Jordão para sede do governo, foi sempre o Planalto Central que se impôs na consciência de nossos mudancistas.

A Constituição Federal de 1891, em seu artigo 3., reservava à União uma área de 14.400 km², que deveria ser oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura Capital Federal.

Como já foi dito, a delimitação da área coube a uma comissão de 22 membros, nomeada no mesmo ano, sob a chefia do cientista Luiz Cruls, então diretor do Observatório Nacional. A escolha do local da futura Capital foi entendida pelos responsáveis como *“um quadrilátero, formado por dois arcos de meridiano, justificada não só pela possibilidade de surgirem novos problemas de limites, como pela maior facilidade de demarcação”* (1: 7).

A demarcação propriamente dita foi empreendimento em sete meses de trabalho, de 1892 a princípios de 1893, quando quatro turmas percorreram mais de quatro mil quilômetros, realizando um minucioso levantamento de topografia, clima, hidrologia, geologia, fauna, flora, pedologia, recursos minerais e materiais de construção existentes na região.

A documentação reunida ou produzida pelos cientistas – textos descritivos, dados coletados, tabelas, cálculos, observações e fotografia, além de mapas – consubstanciaram um volume de 388 páginas sob o título “Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” (1) (*2).

O aspecto aleatório, simbólico, um tanto lúdico (*“um coup de dés jamais n’abolira le hasard”*, diria Mallarmé) da escolha do local mereceu críticas contundentes. O jornalista paulistano, Domingos Jaguaribe (2), em obra pouco conhecida, ataca o sentido acientífico e caprichoso da escolha, acusando Luiz Cruls de render-se a imperativos políticos, sem o rigor metodológico que se exige de um sábio de sua qualificação. O citado jornalista reptou a Comissão Cruls a responder publicamente por supostas falhas e omissões em seu *Relatório*, em estilo tão contundente que lembra os melhores momentos de um Carlos Lacerda – outro inveterado crítico da mudança da Capital - no final dos anos 50, quando da edificação de Brasil, no Governo Kubitschek.

Em resumo, a ação da Comissão Cruls causou polêmicas e suscitou um acalorado debate em torno não apenas da cientificidade da missão quanto em relação à excelência da região “escolhida”.

O médico fluminense, Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, participou do debate num nível tão profundo que – dir-se-ia – mudou o curso de sua atuação profissional. De um especialista em questões médico-sanitaristas ele descambou para a historiografia e estudos geográficos, de forma irreversível, embora de caráter supletivo às suas atividades médicas e acadêmicas.

O ilustre médico participou da Comissão Exploradora do Brasil Central e foi um dos que contribuiu, com levantamentos e análises, à feitura do Relatório Cruls.

Nascido em Valença, no Estado do Rio de Janeiro, filho de fazendeiros aparentemente prósperos (Sr. Jacinto Martins Pimentel e D. Justina de Azevedo Pimentel), graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Seu primeiro trabalho publicado pode ter sido a dissertação escrita para pleitear a Cadeira de Higiene da referida faculdade, sob o título *Quais os melhoramentos higiênicos que devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar esta cidade mais saudável*, apresentada em 30 de setembro de 1884 (3), com 167 páginas de sólida argumentação, conforme os seus biógrafos. É importante frisar que o problema sanitário e higiênico era uma das preocupações fundamentais da Velha Capital, no final do século passado. O estado médico-sanitário era crítico, em condições até alarmantes, ao ponto de as grandes companhias européias de navegação noticiarem que as viagens para Buenos Aires se faziam sem escala no Rio, para evitar os perigos da febre amarela e outras enfermidades. As condições de habitação e dos esgotos do velho casco colonial do Rio de Janeiro, com verdadeiros tugúrios infectos, acabaram levando, já no início do período republicano, às drásticas soluções de demolição de quiosques, destruição de casas, abertura de avenidas, e até à vacinação em massa, gerando até convulsões sociais à época de Osvaldo Cruz.

Sem dúvida, - e guardadas as proporções, até porque os avanços médicos não encorajavam propostas mais ousadas, como as que possibilitaram a ação de Osvaldo Cruz e Carlos Chagas -, Antonio Martins de Azevedo Pimentel foi um digno precursor da luta pela erradicação desse problema.

Em 1890, Pimentel voltou ao tema, já de forma mais abrangente, ao publicar os seus *Subsídios para o Estudo da Higiene no Rio de Janeiro*, com 363 páginas de texto (4).

Ramiz Galvão cita outros estudos (sem oferecer maiores dados bibliográficos) atribuídos ao autor: *Bacillus tuberculi e meios de tornar o Rio de Janeiro mais saudável*, uma *Analyse chimica da agua de Valença*, um *Relatório sobre vinhos artificiaes*, um texto sobre *Meteorologia médica applicada à cidade do Rio de Janeiro*, assim também um *Dicionário Brasileiro de Botânica Médica*. Não nos foi possível, no curto espaço de tempo com que contamos para elaborar o presente prefácio, dirimir a questão da autenticidade destas autorias, bem obter dados mais precisos. Em verdade, como tais trabalhos não dizem respeito à questão principal de nosso levantamento – a da contribuição de Pimentel à causa mudancista -, achamos por bem deixar esta questão para os interessados na obra completa do autor.

O que é importante assinalar é que alguns dos trabalhos arrolados como sendo de sua lavra, em verdade, são traduções feitas de originais alemães (como é o caso dos textos sobre “Bacillus Tuberculi”), conforme informação fornecida pelo próprio Antonio Pimentel, com dados bibliográficos mais precisos, na página final da presente reedição fac-similada, sob o título “Trabalhos do Autor”.

É com a publicação de *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil* (6) que ele entra no tema polêmico, à parte das citadas contribuições ao Relatório Cruls. Pimentel decide reunir, em livro, as suas impressões de viagens, dados que não haviam sido utilizados no Relatório, além de fazer a defesa do ideal mudancista ao qual se engaja de forma definitiva, como militante ativo e incansável.

A citada obra, que a Thesaurus em boa hora decide reeditar, no ensejo das comemorações dos 25 anos de inauguração de Brasília, é uma peça não só valiosa quanto rara. Não apenas por tratar-se de um testemunho dos mais categorizados (porquanto escrita por um membro da Comissão Exploradora) quanto pelo fato de se tratar de obra praticamente desconhecida (*3).

Em verdade, ao publicar *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil*, Pimentel pretendeu dar maior divulgação aos dados e às suas idéias anteriormente explicitadas em seu Relatório de médico higienista, incorporado em forma de Anexo n. 4 ao Relatório Cruls (5). Pôde, desta maneira, aprofundar as suas observações e defender a importância da idéia mudancista. O tom de seu discurso – misto de relato científico, de estudo historiográfico e de memórias de viagem – é abertamente defensivo das qualidades e propriedades da região como vocação natural para sediar a Nova Capital.

Naquele Anexo IV do Relatório apresentado por L. Cruls ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, Antonio Pimentel não tratava apenas das águas medicinais do Planalto, de aspectos meteorológicos, patológicos ou se limitava a apresentar tabelas e dados estatísticos relativos ao clima ou às enfermidades planaltinas. Ele se detém em descrições topográficas e em especulações quanto à riqueza mineral, à geologia e à hidrografia, tópicos que discorre, com novas observações e interpretações, no presente livro, assim como em publicações posteriores.

Afirmamos anteriormente que a sua participação nos trabalhos da Comissão teria marcado profundamente a sua ação futura, através de uma permanente defesa da causa mudancista e em dedicação às pesquisas relativas aos estudos historiográficos e geográficos relacionados com a temática. A referida militância foi feita, notoriamente, a partir da publicação do presente livro e, mais ainda, através de sucessivas contribuições à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A candidatura para membro efetivo do Instituto teve lugar na Sessão de 20 de março de 1891, com as assinaturas proponentes de Alfredo Piragibe, José Luz Alves, Augusto Victorino A Sacramento Blake, Barão de Miranda Reis (ACTAS das Sessões em 1891. *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, Tomo LIV, Parte II, p. 175, 1891). O processo ficou emperrado muito tempo, sem resolução. O argumento da proposta dos membros supra-citados da Comissão de Geografia era a de que o “Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel, preparador da cadeira de hygiene da Faculdade de Medicina d’esta capital e encarregado dos trabalhos micrographicos do Observatório do Rio de Janeiro, autor de importante trabalho sobre a topographia médica da cidade do Rio de Janeiro” (...), além da “parte technica concernente a hygiene d’esta capital, que o autor desenvolve com competência que lhe dão seus talentos e estudos especiaes, o livro contém, no cap. 1, o resumo histórico do desenvolvimento do Brazil, seguido de um estudo sobre a fundação do Rio de Janeiro, em que se mencionam os principaes factos do governo colonial, serviços relevantes prestados pelos governadores e pelos vice-reis até a chegada de D. João VI”.

Informa ainda que Pmentel, no 2. capítulo da tese, aborda a questão da posição geográfica do município federal carioca, espalhando-se por descrições das montanhas da Serra do Mar, da nossa hidrografia, discorrendo ainda sobre o desenvolvimento do Rio de Janeiro, desde a

chegada de D. João VI até o ano de 1887, descrevendo os vales, bairros e subúrbios da cidade, seus lagos e aterros, para então abordar as suas condições de salubridade.

É importante frisar que a publicação da defesa do candidato somente se faz em 1894 (Actas das Sessões de 1894. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Volume LVII, Parte II, p. 320 em diante), isto é, depois do regresso de Pimentel das viagens por Goiás. As assinaturas da petição, feitas a 6 de abril de 1894, são do Marquês de Paranaguá e do Visconde de Baurepaire Rohan.

Poder-se-ia inferir do exposto que ainda não eram públicas nem a edição do Relatório Cruls nem a presente obra, porquanto não foram incluídas na defesa da candidatura do ilustre fluminense. Por outro lado, tampouco constam dos muitos títulos atribuídos ao autor na folha de rosto de “A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil” a sua condição de membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que nos leva à conclusão óbvia de que tanto a publicação do Relatório Cruls, quanto a publicação da obra presente e a sua defesa, como candidato ao Instituto, aconteceram mais ou menos à época, no primeiro semestre de 1894.

A admissão do novo sócio efetivo recebeu parecer favorável em sessão presidida por Manuel Francisco Correa, Barão de Alencar, a 10 de maio de 1894, vindo a ser aprovada por unanimidade na 5ª. Sessão Ordinária, em 1. de junho do mesmo ano, sob a presidência do Conselheiro ° H. de Aquino e Castro, conforme os registros às páginas 337 e 339 do Tomo LVII, Parte II, da *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, em que aparecem as Actas das Sessões de 1894.

Torna-se intensa, a partir daí, a colaboração de Pimentel à Revista do Instituto, em suas edições semestrais, em artigos, pareceres ou resenhas, quase que exclusivamente relacionadas com o Planalto Central e à escolha do sítio para a construção da Nova Capital da República.

Em 1900 publica uma monografia sobre a “Mudança da Capital Federal” (7) em que retoma o assunto com novos argumentos, reaquietando a discussão do tema.

Os seus historiadores lhe atribuem dois trabalhos, que não pudemos localizar, na pesquisa que fizemos nos exemplares da coleção da Revista do Instituto, do acervo da Biblioteca do Senado Federal. Segundo alguns autores, Pimentel teria publicado um artigo intitulado “Vias de comunicação” (supostamente no Tomo LXIII, Parte II, p. 408- , 1900) o que não pudemos confirmar. Atribuem-lhe, ainda, um trabalho intitulado “Antigas e atuais vias de comunicações terrestres e fluviais” (supostamente publicado no Tomo LXVIII, Parte II, 1907). O próprio Ramiz Galvão cita trabalho de Pimentel relacionado com as nossas vias de comunicação. Sem pretender criticar o nosso grande bibliógrafo, tudo indica tratar-se de um equívoco do ex-Diretor da Biblioteca Nacional, que teria indicado como obra independente um capítulo de outra obra – no caso “Mudança da Nova Capital...” – conforme aparece em índice remissivo da mesma Revista, erro em que teriam incorrido outros historiadores.

O trabalho de maior fôlego publicado por Pimentel, na Revista, foi, na opinião de Ramiz Galvão, “O Brasil Central”: “*De todos estes productos do seu talento, a jóia de maior valor é, sem dúvida, O Brasil Central, em que o auctor accumulou farta messe de informações sobre a Geographia physica, a Geologia, a Fauna, a Flora, a Climatologia daquela admirável região do hinterland brasileiro*” (*4).

De certa forma, “O Brasil Central” é o corolário da tentativa de descrever o Planalto Central do Brasil, iniciada com o Anexo IV, passando pelo presente livro, continuando com a “Mudança da Capital Federal” (7).

Atribuem a Pimentel uma conferência em Congresso de Geografia, em que teria abordado alguns aspectos relativos à geografia física do Brasil Central, o que não nos foi possível localizar (9).

Pimentel publica, em 1910, um *Histórico da Mudança da Capital Federal* (10), de grande valia para traçar a trajetória da utopia brasiliense.

Ao apresentar as memórias da viagem ao Araguaia, do naturalista Fritz Krause, do Museu de Leipzig, Antonio Pimentel aproveita para queixar-se do laconismo do visitante, registrando os esclarecimentos que ele prestou sobre o problema indígena, e, sobretudo, pela defesa da “excellencia do clima do Brazil Central” (11). Vai além, observando que “*Si acrescentarmos a estas qualidades de exuberante fertilidade o embelezamento que a natureza tropical costuma fazer com o burity, então teremos que é verdadeiramente privilegiada esta afortunada região do Brazil Central*” (11: 265).

Pelo exposto, a territorialidade da região central do Brasil era ainda uma nebulosa, sem os delineamentos que posteriormente se deram. Afinal, o rio Araguaia corre, em grande parte, em região central, mas de natureza amazônica, não inteiramente compatível com as características do Planalto Central do Brasil. Vista da perspectiva histórica em que Pimentel faz o comentário, a noção de *hinterland* é bem mais abrangente do que a admitida atualmente. De qualquer forma, pode-se considerar válida tal percepção, porque é ainda admissível, para o brasileiro do litoral, a contigüidade do nosso planalto central com as terras do Tocantins e do Araguaia, sobretudo a partir da construção da estrada Belém-Brasília e da referência, sempre inter-relacionada, da construção de Brasília com a conquista da Amazônia e do Centro-Oeste.

Em resumo, quase toda a produção literária de Pimentel, a partir de sua participação nos esforços da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, passa a gravitar em torno daquela memorável experiência. É o próprio Pimentel que nos dá a dimensão exata dessa participação e devoção:

“Ao terminar este bosquejo histórico da mudança da Capital Federal para um ponto central do esplêndido araxá brasileiro, julgo do meu dever francamente declaraos que me dão a honra da leitura deste trabalho, que a firmeza de minha convicção neste assumpto de transcendental alcance o benefício immenso para o nosso Paiz, não faz estremecer a minha

consciência perante os pósteros pela responsabilidade que assumo na questão” (10: 291).

A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brazil merecem, pela iniciativa altruística de Victor Alegria, da Thesaurus, uma nova edição que a resgata do anonimato. Trata-se de obra rara, não encontrável em nossas bibliotecas, mesmo nas mais antigas e mais ricas. Sendo uma edição fac-similada, ela nos traz a imagem e o clima em que foi redigida e divulgada, para nosso deleite e respeito.

O exemplar em que nos baseamos para a reedição foi-nos cedido pelo nosso bom e fraterno amigo Prof., Elysio de Oliveira Belchior, o notável historiador da cidade do Rio de Janeiro, o grande bibliófilo de obras raras da Velhacap e o extraordinário colecionador de cartões postais antigos sobre aquela cidade maravilhosa. Em um gesto de grandeza e de desprendimento, ele nos fez a doação que agora permite uma divulgação mais ampla, para abrilhantar as festividades do Jubileu de Prata de Brasília e para enriquecer a bibliografia brasiliense.

Voltando ao nosso biografado, o Dr. Antonio Martins de Azevedo Pimentel acumulou uma série notável de atividades e cargos que engrandecem a sua trajetória humana: foi Secretário da Comissão de Saneamento do Rio de Janeiro, Diretor do Laboratório Bacteriológico Federal, Livre-docente da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Médico-adjunto do Hospital do Carmo, Médico da Caixa de Socorros D. Pedro V, Químico do Laboratório da Inspetoria Geral de Higiene, Médico-cirurgião do Patriótico Batalhão de Atiradores e iniciador dos estudos de micrografia atmosférica do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade de Ribeirão Preto, em 24 de dezembro de 1928, de “uma grave moléstia”, Na Santa Casa, segundo Ramiz Galvão, “cercado de amigos numerosos”, tendo “ao menos na hora extrema o bálsamo da carícia e do adeus de seus filhos e netos”, conforme o estilo e a pompa próprios de necrológios daquele tempo. A leitura do referido necrológio foi feita na Sessão Magna Comemorativa do 91 aniversário da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Sessão 1.551), presidida pelo Sr. Washington Luiz Pereira de Sousa, Presidente da República e presidente de honra da instituição, no dia 21 de outubro de 1929.

*1 Com o título de “A Questão da capital: marítima ou no interior”m Varnhagen, às próprias custas, o editou em Viena, no mesmo ano de 1977, antes de sua morte, ocorrida pouco tempo depois. Coube à Thesaurus Editora, de Brasília, em 1978, a reedição fac-similada da obra, comemorativa do centenário de falecimento do grande historiador, com um prefácio informativo e analítico de F. D’Almeida Vitor, que a tirou do esquecimento.

*2 São conhecidas [até 1985] 4 edições do *Relatório*, a primeira em 1894, a segunda em 1947 na célebre e já rara Coleção Brasileira, a terceira pelo J. Olympio e a última em 1894, em forma fac-similar da primeira, graças à feliz iniciativa do Governo do Distrito Federal.

*3 Ao fazer o necrológio do Autor, o bibliotecário e historiador Benjamim Franklin Ramiz Galvão, orador perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não inclui este título entre as publicações de Pimentel, apesar de citar outras obras de menor vulto e divulgação.

*4 Comentário feito no necrológio do Autor, publicado na referida Revista, Tomo 106, vol. 160, p. 457, 1929.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, por Luz Cruls. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & Cia, Impressores do Observatório, 1894. 388 p.
2. JAGUARIBE, Domingos. *Mudança da Capital Federal do Brasil*. São Paulo: Tip. d'O Município, 1896.
3. PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. *Quais os melhoramentos higiênicos que devem ser introduzidos no Rio de Janeiro para tornar a cidade mais saudável*. Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 30 de setembro de 1884. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Moreira Maximino & Cia, 1884. 167 p.
4. ----- *Subsídios para o Estudo de Hygiene do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. e Lith. de Carlos Gaspara da Silva, 1890. 363 p. + 2 de índice.
5. ----- Relatório do médico higienista da Comissão. In: BRASIL. Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil. *Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas*, por L. Cruls. Rio de Janeiro: H. Lombaerts, 1894, p. 237-291.
6. ----- *A Nova Capital do Brasil e o Planalto Central do Brazil*. Rio de Janeiro: Typ. da Papelaria e Impressora, 1894. 123 p.
7. ----- Mudança da Capital Federal. VIII. – Tentativa de uma descrição physica do Brazil Central. O Planalto. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXIII, Paarte II, p. 207-237, 1900.
8. ----- O Brasil Central (Estudos pátrios). *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXVIII, Parte II: 253-376, 1907.
9. ----- Notícias curiosas sobre a Geografia fisica do Brasil Central. Memória apresentada no 1. Congresso Brasileiro de Geografia (1909). Obsl Não foi possível localizar o presente trabalho.
10. ----- História da Mudança da Capital Federal. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXIII, Parte I, p. 277-291, 1910.
11. ----- A Viagem do Dr. Fritz Krause ao Araguaya. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXIII, Parte II, p. 260-265, 1910.
12. ----- Os Nossos Selvícolas. São Paulo, 1910. 34 p.
13. ----- A Origem dos Primeiros Habitantes do Brasil; conferência. *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, Tomo LXXIV, Parte II, p. 528, 540, 1911. (Obs, Parte integrante, sem título, das Actas das Sessões de 1911, tendo sido a conferência ministrada na Sala de Sessões no dia 15 de julho de 1911).
14. ----- *Orquidáceas do Espírito Santo*. Tese de concurso à cadeira de História Natural no Ginásio Espírito-Santense, Vitória, Tip. e Pa. Baldassari & Samorini, 1918. 28 p.
15. VARHAGEN, Francisco Adolfo, visc. de Porto Seguro. *A questão da Capital: marítima ou no interior?* Apresentação de E. D'Almeida Vitor. Ed. Fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1978. 64 p. (Col. "Memória do Brasil", 5)